

四、為着本批示所規定之效力，為滿足家團或等同者及其有關成員本身或特定之需要而提供之服務，視為家庭勞務，尤其是：

- a) 做飯菜；
- b) 清洗及整理衣服；
- c) 清潔及收拾住所；
- d) 看護及照料小孩和老人；
- e) 打理園務；
- f) 做縫補工作；
- g) 風俗習慣所因循之任何其他類似性質之服務。

五、本批示自公布之日起即時開始生效。

一九九二年一月二十二日於澳門總督辦公室

總督 韋奇立

Rectificação

Por ter saído inexacto em consequência de lapso deste Gabinete, se rectifica o Despacho n.º 4/GM/92, publicado no *Boletim Oficial* n.º 3/92, de 20 de Janeiro, na página 198, relativo aos princípios básicos de selecção e recrutamento do pessoal de segurança privada:

Onde se lê:

«2. Para efeitos do disposto na alínea c) do artigo 15.º ...»

deve ler-se:

«2. Para efeitos do disposto na alínea c) do artigo 16.º ...».

Gabinete do Governador, em Macau, aos 27 de Janeiro de 1992. — O Chefe do Gabinete, *Elísio Bastos Bandeira*.

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA OS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Despacho n.º 2/SATOP/92

Respeitante ao pedido feito por Lam Tak Va, em representação de Choi Iat Tun, de revisão do contrato de concessão, por aforamento, de um terreno com a área de 51 m², sito em Macau, na Rua de Tomás Vieira, onde se encontra implantado o prédio n.º 68-E, em virtude da modificação do seu aproveitamento com a construção de um edifício, em regime de propriedade horizontal, destinado a comércio e habitação, (Processo n.º 1 113.1, da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e Processo n.º 69/91, da Comissão de Terras).

Considerando que:

1. Lam Tak Va, casado, de nacionalidade portuguesa, com domicílio na Rua de Sacadura Cabral, n.º 9-C-D, r/c, em Macau, na qualidade de bastante procurador de Choi Iat Tun, casada

com Ma Fu Lau segundo o regime supletivo da lei chinesa, de nacionalidade chinesa e residente na mesma morada, apresentou na DSSOPT, em 27 de Novembro de 1990, um projecto de arquitectura de um edifício a implantar no terreno resultante da demolição do edifício n.º 68-E, da Rua de Tomás Vieira, em Macau, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11 100 a fls. 2 do livro B-30 e inscrito a seu favor sob o n.º 9 075 a fls. 20 do livro G-98-A.

2. Tratando-se de terreno foreiro ao Território, conforme inscrição n.º 2 048 a fls. 173 do livro F-3, em requerimento datado de 1 de Junho de 1991, a referida titular solicitou a S. Ex.ª o Governador autorização para modificar o aproveitamento em conformidade com o projecto apresentado na DSSOPT e com a consequente alteração do contrato de concessão em vigor, conforme previsto no n.º 3 do artigo 107.º da Lei de Terras.

3. Atendendo a que o referido projecto foi considerado passível de aprovação, o Departamento de Solos da DSSOPT procedeu ao cálculo das contrapartidas a obter pelo Território e fixou, em minuta de contrato, as condições a que a concessão deverá obedecer, as quais foram aceites pela requerente, por intermédio do seu procurador, mediante assinatura do termo de compromisso em 18 de Julho de 1991.

4. O terreno em apreço encontra-se assinalado na planta n.º 3 170/90, emitida em 16 de Agosto, pela DSCC.

5. O processo seguiu a sua tramitação normal, tendo sido enviado à Comissão de Terras que, reunida em sessão de 22 de Agosto de 1991, nada teve a opor ao deferimento do pedido.

6. Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 125.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, as condições da revisão da concessão foram notificadas à requerente e por esta expressamente aceites mediante declaração prestada em 9 de Janeiro de 1992, pelo seu procurador.

Nestes termos, ouvido o Conselho Consultivo;

Em conformidade com as disposições do Título II do Anexo II da Declaração Conjunta Luso-Chinesa;

Ao abrigo do disposto no artigo 107.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e no uso da delegação de competências, conferida pela Portaria n.º 85/91/M, de 20 de Maio, defiro o pedido em epígrafe de acordo com o estipulado no presente despacho:

Cláusula primeira — Objecto do contrato

1. Constitui objecto do presente contrato a revisão da concessão, por aforamento, respeitante ao terreno com a área de 51 (cinquenta e um) metros quadrados, sito na Rua de Tomás Vieira, onde se encontra implantado o prédio n.º 68-E, de ora em diante designado, simplesmente, por terreno.

2. O terreno encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11 100 a fls. 2 do livro B-30, e inscrito a favor do segundo outorgante sob o n.º 9 075 a fls. 20 do livro G-98-A.

3. A concessão do terreno que vai assinalado na planta anexa com o n.º 3 170/90, emitida em 16 de Agosto, pela DSCC, passa a reger-se pelo presente contrato.

Cláusula segunda — Aproveitamento e finalidade do terreno

1. O terreno será aproveitado com a construção de um edifício, em regime de propriedade horizontal, compreendendo 7 (sete) pisos.

2. O edifício, referido no número anterior, será afectado às seguintes finalidades de utilização:

Comercial: r/c e «koc chai» com 49 m²;

Habitacional: 1.º ao 5.º andares (este com «duplex») com 336 m².

3. As áreas, referidas no número anterior, poderão ser sujeitas a eventuais rectificações a realizar no momento da vistoria para efeito da emissão da licença de utilização respectiva.

Cláusula terceira — Preço do domínio útil e foro

1. O preço do domínio útil do terreno é actualizado para \$ 24 570,00 (vinte e quatro mil, quinhentas e setenta) patacas.

2. O remanescente, resultante da actualização do preço do domínio útil, deverá ser pago, de uma só vez, após a publicação no *Boletim Oficial* do despacho que titula o presente contrato.

3. O foro anual é actualizado para \$ 61,00 (sessenta e uma) patacas.

Cláusula quarta — Prazo de aproveitamento

1. O aproveitamento do terreno deverá operar-se no prazo global de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data da publicação no *Boletim Oficial* do despacho que titula o presente contrato.

2. Sem prejuízo do estipulado no número anterior, o segundo outorgante deverá, relativamente à apresentação do projecto e início da obra, observar os seguintes prazos:

a) 90 (noventa) dias, contados da data da notificação do anteprojecto de obra, para elaboração e apresentação do projecto de obra (projecto de fundações, estruturas, águas, esgotos, electricidade, instalações especiais);

b) 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da notificação da aprovação do projecto de obra, para o início da obra.

3. Para efeitos do cumprimento dos prazos referidos no número anterior, o projecto só se considerará efectivamente apresentado quando completa e devidamente instruído com todos os elementos.

4. Para efeitos da contagem do prazo referido no n.º 1 desta cláusula, entender-se-á que, para a apreciação do projecto referido no n.º 2, os Serviços competentes observarão um prazo de 60 (sessenta) dias.

5. Caso os Serviços competentes não se pronunciem no prazo fixado no número anterior, o segundo outorgante poderá dar início à obra projectada, 30 (trinta) dias após comunicação, por escrito, à DSSOPT, sujeitando, todavia, o projecto a tudo o que se encontra disposto no RGCU ou em quaisquer outras disposições aplicáveis e ficando sujeito a todas as penalidades previstas naquele RGCU, com excepção da estabelecida para a falta de licença. Todavia, a falta de resolução relativamente ao

anteprojecto de obra não dispensa o segundo outorgante da apresentação do respectivo projecto de obra.

Cláusula quinta — Multas

1. Salvo motivos especiais devidamente justificados, aceites pelo primeiro outorgante, pelo incumprimento dos prazos fixados na cláusula anterior, relativamente à apresentação do projecto, início e conclusão das obras, o segundo outorgante fica sujeito a multa até \$ 1 000,00 (mil) patacas, por cada dia de atraso, até 60 (sessenta) dias; para além desse período e até ao máximo global de 120 (cento e vinte) dias, fica sujeito a multa até ao dobro daquela importância.

2. O segundo outorgante fica exonerado da responsabilidade referida no número anterior, em casos de força maior ou de outros factos relevantes, cuja produção esteja, comprovadamente, fora do seu controlo.

3. Consideram-se casos de força maior os que resultem exclusivamente de eventos imprevisíveis e irresistíveis.

4. Para efeitos do disposto no n.º 2 desta cláusula, o segundo outorgante obriga-se a comunicar, por escrito, ao primeiro outorgante, o mais rapidamente possível, a ocorrência dos referidos factos.

Cláusula sexta — Prémio do contrato

O segundo outorgante pagará ao primeiro outorgante, a título de prémio do contrato, o montante de \$ 184 593,00 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentas e noventa e três) patacas, da seguinte forma:

a) \$ 100 000,00 (cem mil) patacas, 30 (trinta) dias após a publicação no *Boletim Oficial* do despacho que titula o presente contrato;

b) O remanescente, no montante de \$ 87 554,00 (oitenta e sete mil, quinhentas e cinquenta e quatro) patacas, será pago 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir da data do pagamento referido na alínea anterior.

Cláusula sétima — Transmissão

A transmissão de situações decorrentes desta concessão, enquanto o terreno não estiver integralmente aproveitado, depende de prévia autorização do primeiro outorgante e sujeita a transmissão à revisão das condições do presente contrato.

Cláusula oitava — Fiscalização

Durante o período de aproveitamento do terreno concedido, o segundo outorgante obriga-se a franquear o acesso ao mesmo e às obras aos representantes dos Serviços da Administração, que aí se desloquem no desempenho da sua acção fiscalizadora, prestando-lhes toda a assistência e meios para o bom desempenho da sua função.

Cláusula nona — Devolução do terreno

1. O primeiro outorgante pode declarar a devolução, total ou parcial, do terreno em caso de alteração, não autorizada, da finalidade de concessão ou do aproveitamento do terreno.

2. Fica acordada, ainda, a devolução do terreno, quando se verifique qualquer dos seguintes factos:

- a) Findo o prazo da multa agravada, previsto na cláusula quinta;
 - b) Interrupção do aproveitamento do terreno e/ou da finalidade da concessão;
 - c) Falta de pagamento pontual do foro;
 - d) Transmissão de situações decorrentes da concessão, enquanto o aproveitamento do terreno não estiver concluído, sem prévia autorização do primeiro outorgante;
 - e) Incumprimento da obrigação, estabelecida na cláusula sexta.
3. A devolução do terreno é declarada por despacho de S. Ex.^a o Governador, a publicar no *Boletim Oficial*.
4. A declaração de devolução do terreno produz os seguintes efeitos:

- a) Extinção, total ou parcial, do domínio útil do terreno;
- b) Reversão, total ou parcial, do terreno com as correspondentes benfeitorias nele incorporadas à posse do primeiro outorgante, tendo o segundo outorgante direito à indemnização a fixar por aquele.

Cláusula décima — Foro competente

Para efeitos de resolução de qualquer litígio emergente do presente contrato, o foro competente será o do Tribunal da Comarca de Macau.

Cláusula décima primeira — Legislação aplicável

O presente contrato rege-se, nos casos omissos, pela Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e demais legislação aplicável.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 20 de Janeiro de 1992. — O Secretário-Adjunto, *José Manuel Machado*.



RUA DE TOMÁS VIEIRA Nº68E

Plano	Plano
1	20 251.6
2	20 253.7
3	20 255.2
4	20 254.5
5	20 250.3
6	20 251.1



ÁREA = 51 m²

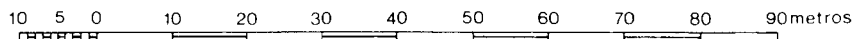
Confrontações actuais:

- N - Rua de Tomás Vieira;
- S - Lote do prédio Nº35 da Rua de D. Belchior Carneiro (Nº15961, B-37);
- E - Prédio Nº68F da Rua de Tomás Vieira (Nº11101, B-30);
- W - Prédio Nº68D e 68DD da Rua de Tomás Vieira (Nº11099, B-30).

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

地圖繪製暨地籍司

ESCALA 1:1000



A EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS É DE 1 METRO

Datum Vertical: NÍVEL MÉDIO DO MAR (MSL)